



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração Divisão de licitações

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2024
Processo Administrativo nº 1119/2023

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A empresa **Miamimed Produtos Odontológicos LTDA**, inscrita no CNPJ 38.259.748/0001-86, com INSC. EST.: 38.259.748/0001-86, situada na Rua Cipriano de Carvalho, nº 195, CEP 30.570-020, Belo Horizonte/MG, **por intermédio de seu procurador outorgado** Sr. Cristiano Henrique Rodrigues Cury, portador da RG nº MG 6.066.360 - SSP/MG, inscrito no CPF nº 993.547.726-68, vem, respeitosamente, à presença da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**, apresentar, a tempo e modo hábeis, **RECURSO ADMINISTRATIVO**, conforme as determinações da Lei nº 8.666/93, e dos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

DO FEITO:

A empresa MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, enviou proposta tempestivamente para participação do pregão eletrônico nº 011/2024, especificamente para o item 03- CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO. Durante a fase de lances a empresa logrou-se vencedora do referido item. Ocorre que após essa fase, e conferência dos documentos de habilitação nossa empresa foi desclassificada com a seguinte justificativa:

Informo que a empresa MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA esta inabilitada por não apresentar Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), item 9.9.1 do edital

O Item 9.9.1 do edital de licitação do referido processo diz o seguinte:

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Como pode ser observado foi solicitado uma prova que a empresa licitante possui CNPJ ativo, não obrigatoriamente a exigência de apresentação de Cartão CNPJ conforme deseja a equipe que analisou documentação de habilitação anexada e conseqüentemente nossa inabilitação.

MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA
CNPJ: 38.259.748/0001-86 - INSC. EST.: 38.259.748/0001-86
Rua Cipriano de Carvalho, nº 195, Cinquentenário, CEP 30.570-020, Belo Horizonte/MG - Telefone (31) 3374-6768 - Email: miamimed.licitacao@hotmail.com



Manter uma decisão de inabilitação sob essa justificativa caracteriza um excesso de formalismo absurdo, e importante se faz ressaltar que a legislação vigente é totalmente contrária a essa prática.

É inadmissível aceitar que o dinheiro público seja gasto dessa forma, por mero formalismo, desclassificando empresa que ofertou produto de excelente qualidade, totalmente certificado junto aos órgãos reguladores (ANVISA e INMETRO), atendendo a todas as normativas vigentes para o produto, para adquirir o equipamento de outro fornecedor por preço mais alto.

Qual a finalidade do Cartão CNPJ? De uma forma bem simples, ele é um atestado que comprova a existência de uma empresa. Mas não é a única forma de se realizar essa comprovação.

A prova de inscrição do CNPJ da licitante pode ser realizada de diversas maneiras. Importante destacar que foram apresentadas todas as certidões fiscais da empresa, estando elas vigentes na data e em todas elas, sem exceção existe a menção ao CNPJ da empresa, ficando mais que comprovado que o CNPJ da licitante estava ativo e totalmente regular no momento da licitação, e que portanto, a exigência do item 9.9.1, de se provar a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas foi totalmente atendida.

Vejamos os documentos apresentados:

1- Certidão negativa federal:

MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

CNPJ: 38.259.748/0001-86 - INSC. EST.: 38.259.748/0001-86

Rua Cipriano de Carvalho, nº 195, Cinquentenário, CEP 30.570-020, Belo Horizonte/MG - Telefone (31) 3374-6768 - Email: miamimed.licitacao@hotmail.com



2- Certidão negativa estadual:

04/01/2024, 08:52

SIARE - Secretaria de Estado de Fazenda MG

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS
Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM: 04/01/2024
CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ: 03/04/2024

Nome/Nome Empresarial: MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 003824290-00-86 CNPJ/CPF: 38.259.748/0001-86 SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: R ANTONIO GRAVATA NÚMERO: 136

COMPLEMENTO: LETRA B, BAIRRO: CINQUENTENÁRIO CEP: 30570040

DISTRITO/POVOADO: MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCMD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO
---------------	---------------	-----------

3- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas:

04/01/2024, 08:52

SIARE - Secretaria de Estado de Fazenda MG

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 38.259.748/0001-86

Certidão n°: 782833/2024

Expedição: 04/01/2024, às 09:01:49

Validade: 02/07/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 38.259.748/0001-86, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

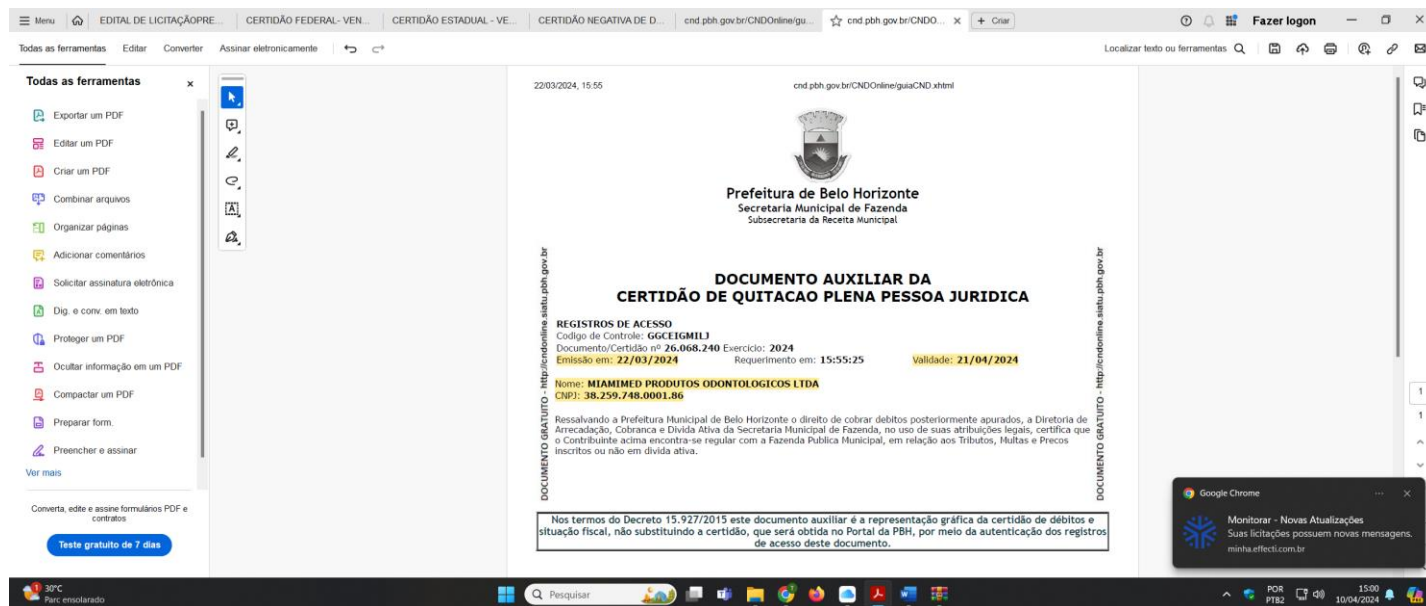
MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

CNPJ: 38.259.748/0001-86 - INSC. EST.: 38.259.748/0001-86

Rua Cipriano de Carvalho, nº 195, Cinquentenário, CEP 30.570-020, Belo Horizonte/MG - Telefone (31) 3374-6768 - Email: miamimed.licitacao@hotmail.com



4- Certidão Negativa de Débitos Municipais:



5- Certidão de Regularidade FGTS:



Além disso foram anexados os comprovantes de Inscrição Municipal e Inscrição Estadual:

MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA
CNPJ: 38.259.748/0001-86 - INSC. EST.: 38.259.748/0001-86

Rua Cipriano de Carvalho, nº 195, Cinquentenário, CEP 30.570-020, Belo Horizonte/MG - Telefone (31) 3374-6768 - Email: miamimed.licitacao@hotmail.com



EDITAL DE LICITAÇÃO... CERTIDÃO FEDERAL - VEN... CERTIDÃO ESTADUAL - VE... cnd.pb.gov.br/CNDOnline/g... cnd.pb.gov.br/CNDOnline/g... Consulta Regularidade de Em... COMPROVANTE DE I... x

Todas as ferramentas Editar Converter Assinar eletronicamente

Localizar texto ou ferramentas

Todas as ferramentas

- Exportar um PDF
- Editar um PDF
- Criar um PDF
- Combinar arquivos
- Organizar páginas
- Adicionar comentários
- Solicitar assinatura eletrônica
- Dig. e conv. em texto
- Proteger um PDF
- Ocultar informação em um PDF
- Compactar um PDF
- Preparar form.
- Preencher e assinar

Ver mais

Converte, edite e assine formulários PDF e contratos

Teste gratuito de 7 dias

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL

DADOS CADASTRAIS

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 003824290-00-86 CPF/CNPJ: 38.259.748/0001-86

NOME/NOME EMPRESARIAL: MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

NOME FANTASIA: MIAMIMED

CNAE PRINCIPAL / DESCRIÇÃO: 4664-8/00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças

DESEMEMBRAMENTO: CNAE SECUNDÁRIA: 3319-8/00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente

NATUREZA JURÍDICA: SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA

REGIME DE RECOLHIMENTO: DÉBITO E CRÉDITO CATEGORIA: Único

DATA INSCRIÇÃO: 24/08/2020 MEI: Não

SITUAÇÃO INSCRIÇÃO: Suspensa DATA DA SITUAÇÃO DA: 18/03/2024

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

CEP: 30570-040 UF: MINAS GERAIS

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

DISTRITO / POVOADO:

BARRIO: CINQUENTENÁRIO

LOGRADOURO: R. ANTONIO GRAVATA

NÚMERO: 136

COMPLEMENTO DO CEP:

COMPLEMENTO: LETRA B

EMITIDO EM

20/03/2024 14:18:54

Menu EDITAL DE LICITAÇÃO... COMPROVANTE DE I... x

Todas as ferramentas Editar Converter Assinar eletronicamente

Localizar texto ou ferramentas

Todas as ferramentas

- Exportar um PDF
- Editar um PDF
- Criar um PDF
- Combinar arquivos
- Organizar páginas
- Adicionar comentários
- Solicitar assinatura eletrônica
- Dig. e conv. em texto
- Proteger um PDF
- Ocultar informação em um PDF
- Compactar um PDF
- Preparar form.
- Preencher e assinar

Ver mais

Converte, edite e assine formulários PDF e contratos

Teste gratuito de 7 dias

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

FICHA INSCRIÇÃO CADASTRAL ESTABELECIMENTO FIC

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 1.245.595/001-X CNPJ / CPF: 38.259.748/0001-86 DATA DE INÍCIO: 28/08/2020 DATA EMISSÃO: 20/03/2024

NOME OU RAZÃO SOCIAL: MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME FANTASIA): MIAMIMED

NATUREZA JURÍDICA: SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA

ÁREA UTILIZADA: 100 REGIONAL: OESTE PORTE DA EMPRESA: EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

LOGRADOURO: RUA ANTONIO GRAVATA NÚMERO: 136 COMPLEMENTO: LETRA B

BARRIO / DISTRITO: CINQUENTENÁRIO CEP: 30570-040 MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE UF: MG

CPF DO RESPONSÁVEL: 135.214.086-12 NOME DO RESPONSÁVEL: LAURA CATALDO CURY

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA CNAE - CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS PRINCIPAL: 466480000 COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR, PARTES E PEÇAS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA CNAE - CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS: 331980000 MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

Também foram anexadas, Certidão Simplificada e Certidão Específica, emitidas pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais atualizadas:

MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA
CNPJ: 38.259.748/0001-86 - INSC. EST.: 38.259.748/0001-86

Rua Cipriano de Carvalho, nº 195, Cinquentenário, CEP 30.570-020, Belo Horizonte/MG - Telefone (31) 3374-6768 - Email: miamimed.licitacao@hotmail.com



Menu EDITAL DE LICITAÇÃOOPRE... COMPROVANTE DE INSCRI... CERTIDÃO ESPECÍFICA... + Criar

Todas as ferramentas Editar Converter Assinar eletronicamente Localizar texto ou ferramentas

Todas as ferramentas x Pelo menos uma assinatura exige validação. Painel de assinaturas

Exportar um PDF
Editar um PDF
Criar um PDF
Combinar arquivos
Organizar páginas
Adicionar comentários
Solicitar assinatura eletrônica
Dig. e conv. em texto
Proteger um PDF
Ocultar informação em um PDF
Compactar um PDF
Preparar form.
Preencher e assinar
Ver mais

Converte, edite e assine formulários PDF e contratos

Teste gratuito de 7 dias

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governador do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Específica

A Secretária-Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais **CERTIFICA**, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos arts. 78, inciso III e 81 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; da Instrução Normativa IN/DREI nº 20, de 5 de dezembro de 2013, a requerimento, conforme protocolo de número **24/179.187-1**, que consta no Cadastro Estadual de Empresas Mercantis, formado e organizado por esta Junta Comercial na forma disciplinada no art. 7º, VIII, do Decreto 1800/1996, registro de **MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, NIRE 3121182435-1, CNPJ 38.259.748/0001-86, ATIVA**, com sede na RUA ANTONIO GRAVATA, 136, LETRA B, BAIRRO CINQUENTENÁRIO, BELO HORIZONTE/MG, com dados que em resumo a seguir se especificam:

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
CONTRATO ENQUADRAMENTO DE EPP	28/08/2020	31211824351	21/08/2020
ALTERAÇÃO	02/12/2020	8117820	28/08/2020
ALTERAÇÃO DE OBJETO SOCIAL	27/05/2022	9377173	31/10/2021
ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)			

Menu EDITAL DE LICITAÇÃOOPRE... COMPROVANTE DE INSCRI... CERTIDÃO ESPECÍFICA - M... CERTIDÃO SIMPLIFICADA... + Criar

Todas as ferramentas Editar Converter Assinar eletronicamente Localizar texto ou ferramentas

Todas as ferramentas x Pelo menos uma assinatura exige validação. Painel de assinaturas

Exportar um PDF
Editar um PDF
Criar um PDF
Combinar arquivos
Organizar páginas
Adicionar comentários
Solicitar assinatura eletrônica
Dig. e conv. em texto
Proteger um PDF
Ocultar informação em um PDF
Compactar um PDF
Preparar form.
Preencher e assinar
Ver mais

Converte, edite e assine formulários PDF e contratos

Teste gratuito de 7 dias

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governador do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial	Natureza Jurídica	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	38.259.748/0001-86	28/08/2020	01/09/2020

Endereço Completo:
RUA ANTONIO GRAVATA 136 LETRA B - BAIRRO CINQUENTENÁRIO CEP 30570-040 - BELO HORIZONTE/MG

Objeto Social:
COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS E ARTIGOS PARA LABORATÓRIOS, MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, FISIOTERÁPICOS, OFTALMOLÓGICOS, INSTRUMENTOS E AFINS, VETERINÁRIOS, HOSPITALARES, FILMES RADIOLÓGICOS, TODOS NOVOS E USADOS, PRODUTOS DE LIMPEZA, HIGIENE E PERFUMARIA, MOVEIS ESCOLARES, MOVEIS PARA ESCRITÓRIO, LABORATÓRIOS E ODONTOLÓGICOS, BANCADAS, CAPELAS E EQUIPAMENTOS PARA SEGURANÇA LABORATORIAL, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DOS MESMOS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM EQUIPAMENTOS MÉDICOS, LABORATÓRIOS, ELETROELETRÔNICOS, ODONTOLÓGICOS, ÓPTICOS E AFINS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, MÉDICOS, HOSPITALARES E LABORATÓRIOS, SUAS PEÇAS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS, FABRICAÇÃO DE APARELHOS ELETROMÉDICOS E ELETRO TERAPÊUTICOS E EQUIPAMENTOS DE IRRADIAÇÃO.

Capital Social	Capital Integralizado	Capital Integralizado	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 2006)	Prazo de Duração
R\$ 100.000,00	CEM MIL REAIS	R\$ 100.000,00	EMPRESA PEQUENO PORTE	INDETERMINADO

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Termo do Mandato

CPF/CNPJ	Nome	Participação no Capital	Espécie de Sócio/Administrador	Termo. Mandato
135.214.086-12	LAURA CATALDO CURY	R\$ 100.000,00	SÓCIO/ ADMINISTRADOR	xxxxxxx

Portanto, não há motivos para a inabilitação da empresa sob a justificativa de não atendimento do item 9.9.1, prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, vez que ficou mais que provado que a licitante possuía CNPJ ativo e vigente no momento da licitação.

Mesmo assim, caso desejasse, a equipe de licitações poderia ter aberto uma diligência e emitir o Cartão CNPJ no momento da sessão da licitação, vez que o documento pode ser conferido de forma online através da internet de forma instantânea, sendo necessário apenas a digitação dos números do CNPJ (dado esse que constava em todos os documentos apresentados pela licitante) no site da receita federal.

MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

CNPJ: 38.259.748/0001-86 - INSC. EST.: 38.259.748/0001-86

Rua Cipriano de Carvalho, nº 195, Cinquentenário, CEP 30.570-020, Belo Horizonte/MG - Telefone (31) 3374-6768 - Email: miamimed.licitacao@hotmail.com



https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp

Confira o que dispõe o art. 64, da lei federal 14.133 de 01 de Abril de 2021 (lei de licitações vigente):

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Portanto, por se tratar de documento que não altera a substância dos documentos e sua validade jurídica, bem como ser uma complementação de informações acerca de documentos já apresentados pela licitante, poderia ser consultado o Cartão CNPJ através da realização de uma diligência e não proceder com a inabilitação da licitante unicamente por esse motivo.

MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

CNPJ: 38.259.748/0001-86 - INSC. EST.: 38.259.748/0001-86

Rua Cipriano de Carvalho, nº 195, Cinquentenário, CEP 30.570-020, Belo Horizonte/MG - Telefone (31) 3374-6768 - Email: miamimed.licitacao@hotmail.com



A realização de diligências representa importante instrumento concedido à comissão responsável pela licitação (ou pregoeiro) para o esclarecimento de dúvidas relacionadas às propostas e documentos.

Por trás dessa prerrogativa encontram-se a finalidade da busca da proposta mais vantajosa pela Administração, bem como a aplicação do formalismo moderado nos certames licitatórios ponderado com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

A promoção de diligência é incentivada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, como ocorrido no Acórdão 2159/2016 do Plenário que indicou caber ao pregoeiro o encaminhamento de “diligência às licitantes a fim de suprir lacuna quanto às informações constantes das propostas, medida simples que privilegia a obtenção da proposta mais vantajosa e evita a desclassificação indevida de propostas”.

Em diversas oportunidades, o TCU chega a indicar a obrigatoriedade da realização de diligências antes do estabelecimento do juízo pela desclassificação ou inabilitação do licitante:

É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame. (Acórdão 1795/2015 – Plenário)

É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993. (Acórdão 3615/2013 – Plenário)

Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3418/2014 – Plenário)

Por outro lado, é importante notar que o poder de diligência somente se legitima quando fundamentada no alcance do interesse público, pela busca da proposta mais vantajosa ou ampla competitividade.

Portanto, não é possível a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, ressalvada a hipótese admitida pela jurisprudência de realização de diligência quando a documentação apresentada contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante..

MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

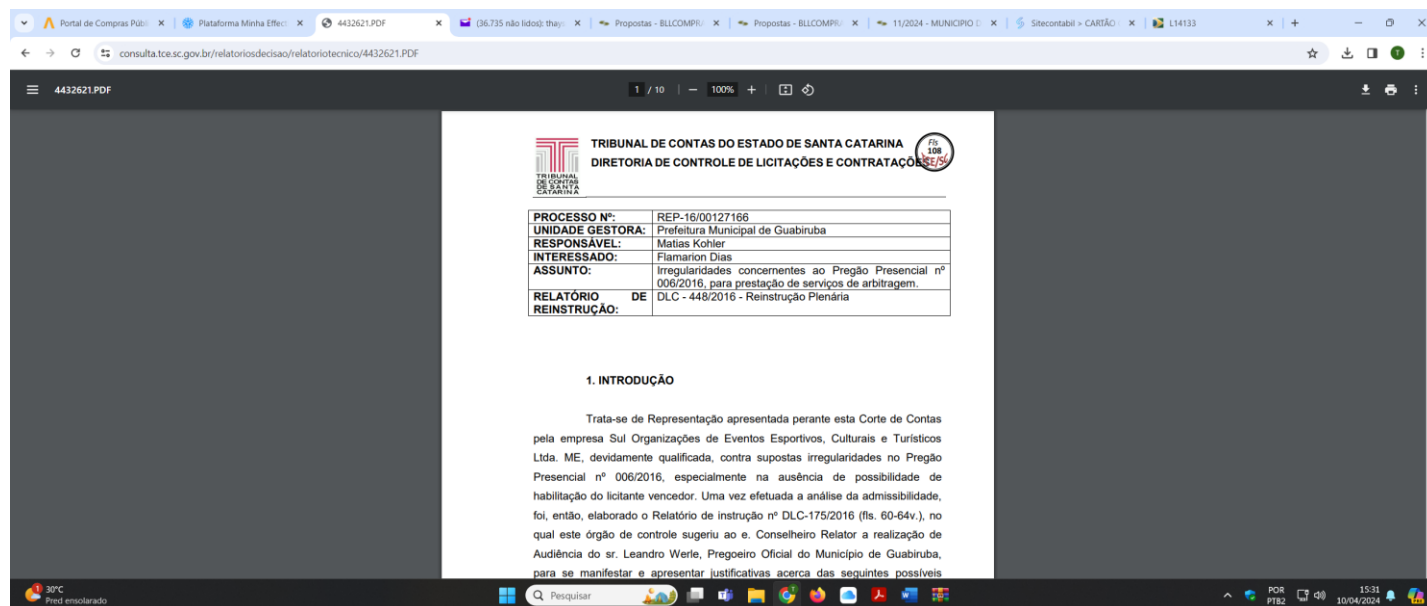
CNPJ: 38.259.748/0001-86 - INSC. EST.: 38.259.748/0001-86

Rua Cipriano de Carvalho, nº 195, Cinquentenário, CEP 30.570-020, Belo Horizonte/MG - Telefone (31) 3374-6768 - Email: miamimed.licitacao@hotmail.com



Além disso, existem vários entendimentos dos tribunais superiores que reafirmam e embasam o nosso posicionamento em relação a irregularidade da nossa inabilitação por ausência do cartão CNPJ, como o caso do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que pode ser consultado na íntegra através do link abaixo e que trata exatamente da mesma questão.

<http://consulta.tce.sc.gov.br/relatoriosdecisao/relatoriotecnico/4432621.PDF>



(STF - RMS 23.714/DF, rel. Min. Sepúlveda Pertence, j. em 05.09.2000, publicado no DJ de 13.10.2000, p. 21) Não se pode perder de vista que a licitação é instrumento posto à disposição da Administração Pública para a seleção da proposta mais vantajosa. Portanto, selecionada esta e observadas as fases do procedimento, prescinde-se do puro e simples formalismo, invocado aqui para favorecer interesse particular, contrário à vocação pública que deve guiar a atividade do administrador. (STJ - ROMS 200000625558, rel. Min. José Delgado, publicado no DJ de 18/03/2002, p. 174)

Consoante ensinam os juristas, o princípio da vinculação ao edital não é "absoluto", de tal forma que impeça o Judiciário de interpretar-lhe, buscando-lhe o sentido e a compreensão e escoimando-o de cláusulas desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmude de um instrumento de defesa do interesse público em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a Administração. (STJ - MS 199700660931, rel. Min. Demócrito Reinaldo, publicado no DJ de 01/06/1998, p. 24).

MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

CNPJ: 38.259.748/0001-86 - INSC. EST.: 38.259.748/0001-86

Rua Cipriano de Carvalho, nº 195, Cinquentenário, CEP 30.570-020, Belo Horizonte/MG - Telefone (31) 3374-6768 - Email: miamimed.licitacao@hotmail.com



São frequentes as decisões do Tribunal de Contas da União que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório:

“ É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame. (Acórdão 1795/2015 – Plenário Data da sessão 22/07/2015 Relator JOSÉ MÚCIO MONTEIRO)

Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (Acórdão 357/2015 – Plenário Data da sessão 04/03/2015 Relator BRUNO DANTAS)

O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa. (Acórdão 3381/2013 – Plenário Data da sessão 04/12/2013 Relator VALMIR CAMPELO)

A inabilitação de licitantes por divergência entre assinaturas na proposta e no contrato social deve ser considerada formalismo exacerbado, uma vez que é facultada à comissão, em qualquer fase do certame, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. (Acórdão 5181/2012 - Primeira Câmara Data da sessão 28/08/2012 Relator WALTON ALENCAR RODRIGUES)

Resumidamente, o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável: “ No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (ACÓRDÃO Nº 357/2015 – TCU – Plenário)

MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

CNPJ: 38.259.748/0001-86 - INSC. EST.: 38.259.748/0001-86

Rua Cipriano de Carvalho, nº 195, Cinquentenário, CEP 30.570-020, Belo Horizonte/MG - Telefone (31) 3374-6768 - Email: miamimed.licitacao@hotmail.com



“ Nota-se que sua utilização não significa desmerecimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou negativa de vigência do caput do art. 41 da lei 8.666/93 que dispõe sobre a impossibilidade de a Administração descumprir as normas e condições do edital. Trata-se de solução a ser tomada pelo intérprete a partir de um conflito de princípios: “ Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios. (Acórdão 119/2016- TCU - Plenário)

Ao contrário do que ocorre com as regras/normas, os princípios não são incompatíveis entre si. Diante de um conflito de princípios (p. ex., vinculação ao instrumento convocatório x obtenção da proposta mais vantajosa), a adoção de um não provoca a aniquilação do outro. Como exemplo, esse raciocínio pode ser percebido nas seguintes decisões do Tribunal de Contas da União:

“ Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário)

O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa. (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara)

Nessas hipóteses, a análise deve considerar a importância de cada princípio no caso concreto, e realizar a ponderação entre eles a fim de determinar qual prevalecerá, sem perder de vista os aspectos normativos. Por esse motivo, as soluções não respeitam fórmulas prontas, podendo variar de um caso para outro.

Vale lembrar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas. Nas palavras do professor Adilson Dallari:

“licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital”.

Desta forma, devidamente comprovado a exigência desarrazoada do pregoeiro do certame cabe a anulação deste ato.

DA LEGALIDADE DE ABRIR PROCEDIMENTO DE DILIGÊNCIAS

O Tribunal de Contas da União entende irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por ocorrência de baixa materialidade:

“ É irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afronta ao interesse público. (ACÓRDÃO 2239/2018 – PLENÁRIO, Relator Ana Arraes)

MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

CNPJ: 38.259.748/0001-86 - INSC. EST.: 38.259.748/0001-86

Rua Cipriano de Carvalho, nº 195, Cinquentenário, CEP 30.570-020, Belo Horizonte/MG - Telefone (31) 3374-6768 - Email: miamimed.licitacao@hotmail.com



DA OBRIGATORIEDADE DE CONSULTA DE DOCUMENTAÇÃO DISPONÍVEL NA INTERNET

É sabido que a Administração, quando entender necessário PODE efetuar diligências a fim de complementar ou esclarecer dúvidas sobre habilitação ou proposta da licitante. Ocorre que com a digitalização de diversos serviços públicos, como registros de órgãos de controle e certidões negativas atualmente é OBRIGATÓRIA a busca de documentos e/ou informações na internet por parte da Administração Pública. Nesse sentido, já opinou a Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, conforme parecer na íntegra (<http://sid.pge.rs.gov.br/pareceres/pa18051.pdf>) e trecho importante a seguir:

Com base nos princípios do formalismo moderado e da busca pela verdade material, conclui-se pela legalidade de a Administração efetuar diligências administrativas para completar documentação não entregue pelo licitante, quando estes documentos estão disponíveis na internet, podendo consultar o sítio eletrônico oficial do órgão emitente da certidão e comprovar a regularidade do licitante.

[...] Há, inclusive, a notícia informal de que alguns pregoeiros efetuariam a referida diligência, a fim de assegurar o sucesso do certame. Esta conduta condiz com as diretrizes traçadas pela Lei Estadual nº 15.178/18, que “cria mecanismos de desburocratização no âmbito da Administração Pública do Estado”, e, no seu art. 2º, V, define que são diretrizes da lei “reduzir as exigências burocráticas desnecessárias, redundantes e ineficientes”. Também parece estar alinhada com a Medida Provisória nº 881/2019.

Nesse passo, com base nos princípios do formalismo moderado e da busca pela verdade material, conclui-se pela legalidade de a Administração efetuar diligências administrativas para completar documentação não entregue pelo licitante, quando estes documentos estão disponíveis na internet, podendo consultar o sítio eletrônico oficial do órgão emitente da certidão para comprovar a regularidade do licitante. Nesse caso, não será penalizar o licitante, pois a falta estará devida e legitimamente suprida pela Administração Pública. (Procuradora do Estado Dra Helena Beatris Cesarino Mendes Coelho, em 31/10/2019) (grifo nosso).

Nesse ponto, evidente que a Administração Pública DEVE proceder a diligências para complementar documentos, nos casos em que tais documentos estão disponíveis, normalmente pela internet.

Conforme amplamente demonstrado, possuímos amparo legal dos mais diversos órgãos reguladores do país, sendo totalmente irregular a inabilitação da licitante MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.

Gostaríamos de destacar ainda que a Dentemed, marca ofertada pela licitante, já está presente no mercado de equipamentos odontológicos desde 2004 e possui mais de 30 mil consultórios vendidos e entregues em todo o Brasil e milhares de outros equipamentos odontológicos tais como ultrassom, jato de bicarbonato, compressores, peças de mão de alta e

MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

CNPJ: 38.259.748/0001-86 - INSC. EST.: 38.259.748/0001-86

Rua Cipriano de Carvalho, nº 195, Cinquentenário, CEP 30.570-020, Belo Horizonte/MG - Telefone (31) 3374-6768 - Email: miamimed.licitacao@hotmail.com



baixa rotação, autoclave, fotopolimerizadores, tendo como foco principal a venda para órgãos públicos através dos processos licitatórios.

Destacando ainda que os equipamentos da marca Dentemed são de altíssima qualidade e devidamente certificados nacionalmente e internacionalmente. Portanto, não há o que se falar em relação da qualidade do produto. Seguem algumas das certificações:

- Alvará Sanitário, AFE Autorização de funcionamento da empresa ANVISA M.S.
- ISO 9001:2015, ISO 13.485 :2016
- Marcação CE (Comunidade Econômica Europeia)
- Produtos certificados pelo INMETRO
- Registro na ANVISA órgão regulador do Ministério da Saúde
- Normatizações aplicadas ao produto:
- 60.601-1 norma geral , 60.601-2 Complementar
- 6875:2014 norma particular do consultório odontológico
- 9680:2014 Norma particular do refletor
- 7494-1 Norma particular equipo pneumático
- Selo ABO RECOMENDA - KIT DE PONTAS
- Selo ABO RECOMENDA - CONSULTÓRIOS

– Dos Pedidos e Requerimentos.

A recorrente demonstra desse modo, que OBSERVA os princípios básicos da licitação, que não sobrepõe seus interesses particulares de modo a suprimir o interesse público e tampouco se afasta da boa-fé objetiva, devendo o recurso interposto pela recorrente ser julgado procedente da forma mais objetiva possível, respeitando o princípio do julgamento objetivo.

Fica, portanto, demonstrado que a empresa recorrente **possui todos os requisitos e cumpriu todas as exigências do edital, ficando mais que comprovada a prova de sua inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.**

Diante de todo o exposto e à luz dos princípios basilares da licitação pública e, pautados nos princípios da legalidade, economicidade, isonomia e impessoalidade, e principalmente porque o processo licitatório tramita com regularidade e legalidade até o momento, deverá ser dado provimento ao Recurso administrativo interposto pela empresa MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, mantendo-se a justa e legal classificação da sua proposta



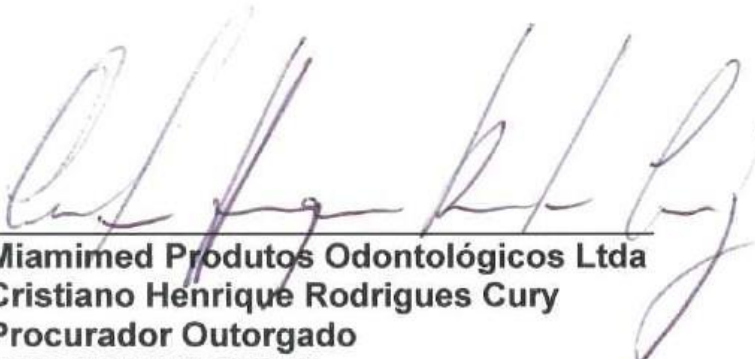
comercial, especialmente no tocante ao ITEM 03 (CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO), que lhe deverá ser adjudicado.

Caso decidam pelo não provimento do Recurso, solicitamos que o mesmo seja encaminhado para autoridade superior competente para conhecimento, visto que iremos apresentar denúncia aos órgãos competentes que estão acompanhando o referido recurso em cópia, sendo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e Ministério Público, pois o processo estará totalmente irregular e nossa desclassificação baseada em alegações incorretas, onerando DRASTICAMENTE o erário público com a aquisição de equipamentos mais caros, ou seja, fica evidente o direcionamento para marca e preferência na contratação.

É o que se pede, por imperativo de JUSTIÇA E LEGALIDADE!!!!

BELO HORIZONTE/MG, 10/04/2024.

ATENCIOSAMENTE.


Miamimed Produtos Odontológicos Ltda
Cristiano Henrique Rodrigues Cury
Procurador Outorgado
CPF: 993.547.726-68
MG: 6.066-360

38 259 748 / 0001-86
I.E.: 003.824290.00-86
MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.
Rua Cipriano de Carvalho, 195
B. Cinquentenário - CEP 30570-020
BELO HORIZONTE - MG



MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

CNPJ: 38.259.748/0001-86 - INSC. EST.: 38.259.748/0001-86

Rua Cipriano de Carvalho, nº 195, Cinquentenário, CEP 30.570-020, Belo Horizonte/MG - Telefone (31) 3374-6768 - Email: miamimed.licitacao@hotmail.com